



FUNÇÃO PÚBLICA

Reestruturação da função pública vai ter limites às progressões

Modernizar o Estado passa, para o Governo, por uma reorganização da função pública com critérios actuais. E tendo em conta o impacto orçamental dos salários

São José Almeida

A adopção de novos critérios para a promoção na carreira dos funcionários públicos, que podem pôr fim a progressões automáticas, deverá fazer parte da reestruturação de carreiras que o Governo está a preparar, soube o PÚBLICO junto de um responsável governamental.

O Governo quer que as carreiras da função pública passem a obedecer a critérios que passam por uma limitação às progressões na carreira. “É preciso mais gestão de recursos humanos, com uma nova lógica, através de prémios e promoções e não apenas uma lógica de progressões automáticas”, explicou ao PÚBLICO o mesmo responsável governamental, acrescentando que a reestruturação das carreiras da função públi-

ca terá de ter em conta “o impacto orçamental”.

A estratégia do Governo tem um pressuposto: a promoção e progressão na carreira pressupõe mais despesa – e a necessidade de controlar a despesa do Estado com salários não vai desaparecer tão cedo. Dito de outra forma: até agora o que o Governo fez foi repor os salários do Estado aos níveis de 2009, mas estes não poderão disparar. Pelo que uma reestruturação de carreiras deverá levar à alteração dos actuais critérios (introduzidos pelo primeiro Governo de José Sócrates), que fez depender a progressão automática da avaliação. Foram então criadas duas vias de promoção: uma obrigatória/automática, em que a progressão se dava com a acumulação de dez pontos na avaliação. A outra, gestonária, que dependia da avaliação e decisão do responsável pelo serviço (mas com quotas a limitar a progressão).

Assumida como uma das vertentes da reforma do Estado que o Governo está a pôr em curso e que inclui a descentralização, a simplificação e a modernização administrativas, a reestruturação da função pública deverá ser negociada com os partidos de esquerda que apoiam o Governo, bem como com os sindicatos, para entrar em vigor no Orçamento do Estado para 2018.

Ainda que com um alcance mais amplo, esta reestruturação engloba medidas já anunciadas e negociadas com o BE e o PCP, como a integração dos trabalhadores precários nos quadros da Administração Pública.

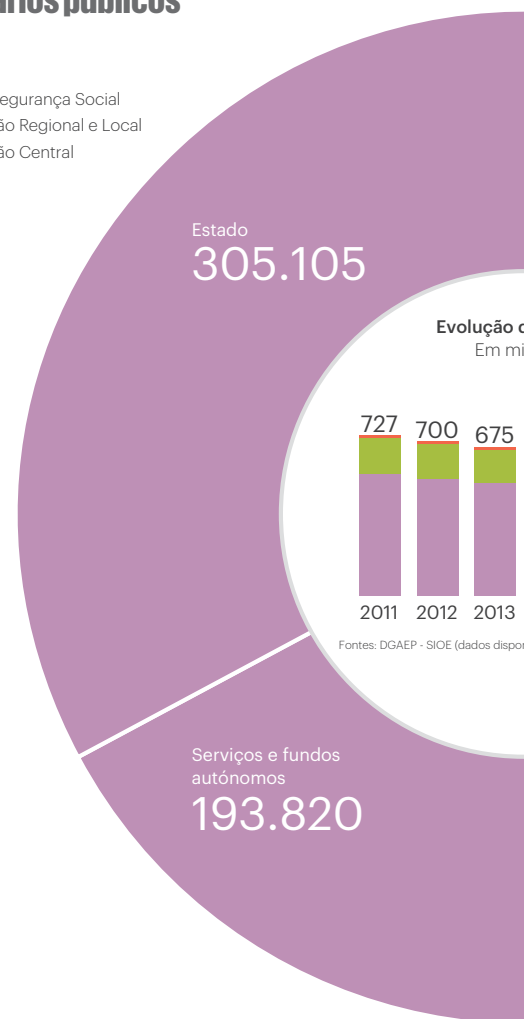
O Estado hoje

O Governo optou por analisar o problema de forma alargada e partir para uma reestruturação global das carreiras da função pública, por considerar não ser possível descongelar carreiras e integrar os

Funcionários públicos

Em 2016

- Fundos de Segurança Social
- Administração Regional e Local
- Administração Central

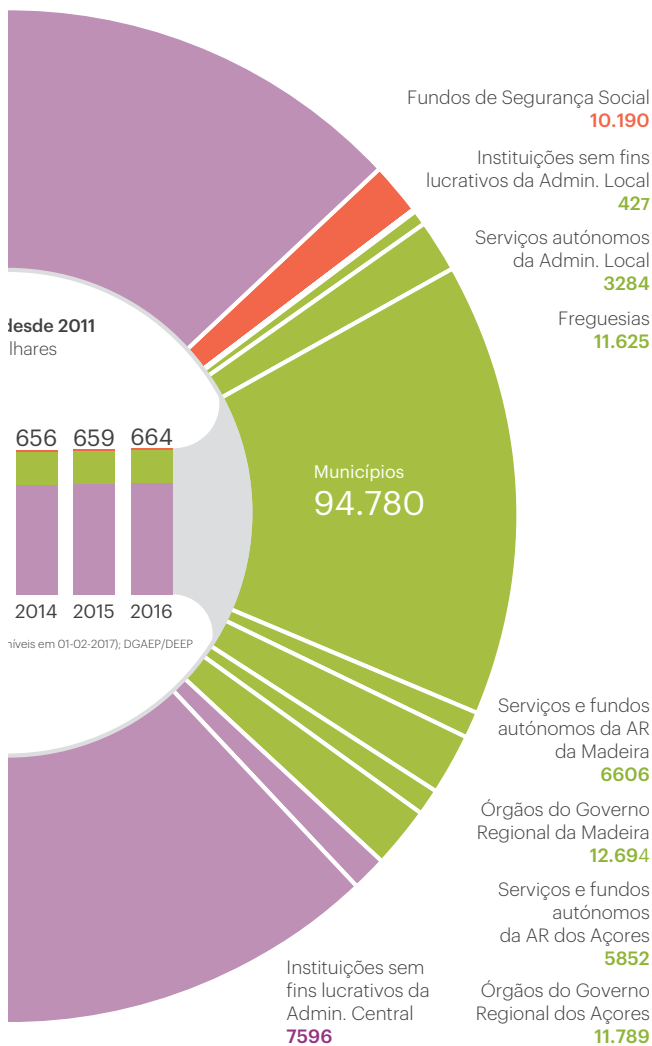


Se descongelasse simplesmente as carreiras, o Governo socialista teria um “rombo” imediato nas despesas com pessoal. A solução passa por mudar as regras das promoções em 2018

precários mantendo os quadros do Estado tal como estão hoje em dia. E acreditando que a libertação ou descongelamento das carreiras tem de ser feita tendo em conta a lógica das necessidades do Estado hoje.

De acordo com as informações recolhidas pelo PÚBLICO, o problema é que não há nenhuma reestruturação global e profunda de carreiras na função pública desde o final do segundo Governo de Cavaco Silva, quando em 1990/91, a então secretária de Estado do Orçamento, Manuela Ferreira Leite, procedeu a uma reforma da organização dos trabalhadores do Estado.

Depois disso, houve uma reestruturação que criou três carreiras gerais, levada a cabo pelo secretário de Estado da Administração Pública, João Figueiredo, no primeiro Governo de José Sócrates. Antes disso apenas houve alterações sectoriais – como as feitas pelo mi-



nistro da Educação de Guterres, Guilherme d'Oliveira Martins, ou a desencadeada pelo ministro da Administração Interna, Jorge Coelho.

A este longo período de mais de 25 anos sem nenhuma modernização global e de fundo das carreiras, acresce um outro problema: é que tem havido sucessivas fusões de organismos e de departamentos no Estado, desde o primeiro Governo de José Sócrates (com o PRACE), passando pelo de Passos Coelho (com o Premac). E essa fusão faz com que não se possa apenas descongelar a progressão na carreira, já que houve quadros de pessoal que simplesmente desapareceram.

Por outro lado, a integração dos precários tem de ser feita de acordo com a lógica e as necessidades administrativas do Estado hoje e muitas das funções que desempenham não têm qualquer respaldo na moldura de carreiras tal como foram desenha-

das há um quarto de século. Logo, a integração dos precários obedecerá à necessidade de desempenharem funções permanentes, mas tendo em conta as carreiras necessárias ao actual funcionamento dos serviços.

A estes problemas acresce um outro que ajuda a tornar mais complexa a reestruturação da função pública: a descentralização. Isto porque o desenho sobre o futuro das carreiras terá de ter em conta também os serviços que passam para os municípios, ou seja, que integrarão a administração local e deixarão a central.

Congeladas em excesso

O responsável governativo ouvido pelo PÚBLICO assumiu que este objectivo do Governo de reestruturar as carreiras “vai ser difícil, pois a pressão é grande devido ao facto de as carreiras estarem congeladas há tanto tempo”. Razão pela qual “há prejuízos irreversíveis para quem

tem mais de 50 anos e já não terá tempo de atingir o topo”.

É que, além de não serem reestruturadas há 25 anos, as carreiras estão praticamente congeladas desde o Governo de Durão Barroso (2003-2005), quando Manuela Ferreira Leite era ministra das Finanças. Desde então, só houve um ano em que elas foram descongeladas, em 2009, pelo Governo Sócrates.

O mesmo responsável salienta que a valorização das carreiras da função pública é para o Governo “uma componente fundamental da reforma do Estado”. Presente na decisão do executivo de avançar com esta reestruturação está a necessidade de “tornar a função pública atractiva e tornar estimulante ser funcionário público e ter perspectiva de carreira”. Caso contrário, “a função pública deixará de ser atractiva para chamar gente face ao mercado”. Isto num momento em que o Estado já é pouco atractivo, acrescenta o mesmo responsável: “Há imensas áreas novas em que não há carreiras com competitividade com o mercado, como, por exemplo a informática.”

Assumindo que o que mais o “tem impressionado” enquanto responsável público é perceber as consequências que “a crise provocou nos funcionários públicos”, conclui: “Há um enorme grau de desmotivação e de descapitalização humana dos serviços. É aterrador. A média etária é altíssima, com gente que em mais de metade da sua carreira no Estado a viu congelada e sofreu uma desvalorização e uma estigmatização sociais muito grandes.”

Daí que frise que o Governo tem já posto em prática um novo olhar sobre a função pública com o objectivo de a dignificar. E avança com o exemplo da nomeação da nova direcção da Cresap – Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública. “A direcção da Cresap é toda composta por altos quadros da função pública, a começar pela presidente, Maria Neves Murta Ladeira”, que foi secretária-geral do Ministério das Finanças e antes subdirectora geral do Instituto de Informática, presidente do conselho de administração do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça e directora-geral do Serviço de Informática do Ministério da Justiça.

sao.jose.almeida@publico.pt

O objectivo do executivo é tornar a função pública atractiva e ter uma perspectiva de carreira dentro dela

Acordos com BE, PCP e PEV não iam tão longe

A reestruturação da Administração Pública que o Governo prepara vai mais longe do que prevêem os acordos de entendimento político-governativo assinados pelo PS com o BE, o PCP e o PEV a 10 de Novembro de 2015 e que estão na base da maioria de esquerda que garante o apoio parlamentar ao Governo socialista liderado por António Costa.

A ideia de descongelar as carreiras da função pública surge, originalmente, na Agenda para a Década apresentada por António Costa como moção de estratégia global da sua liderança ao Congresso do PS, em Novembro de 2014. Nesse documento lê-se a promessa de “eliminar os obstáculos jurídicos à evolução dos trabalhadores nas suas carreiras e à atribuição de prémios de desempenho, mantendo somente as condicionantes que resultam das capacidades orçamentais dos serviços”.

Esta ideia foi transposta para o Programa de Governo, onde ficou decidido “iniciar em 2018 o processo de descongelamento das

carreiras e de limitação das perdas reais de remuneração que deverão ser avaliadas tendo em conta o impacto transversal de algumas carreiras em vários programas orçamentais”.

E foi a 25 de Outubro de 2016, no debate parlamentar do Orçamento do Estado para 2017, que a esquerda questionou o ministro das Finanças sobre o descongelamento de carreiras e promoções no Estado. Mário Centeno não fugiu à questão e admitiu que o assunto estava a ser estudado, considerando da “máxima importância” resolver o “maior flagelo da Administração Pública”. E frisou que esse era um compromisso assumido no Programa de Estabilidade e Crescimento.

Nos textos dos entendimentos assinados pelo Governo com o BE, o PCP e o PEV surgem algumas medidas relativas à função pública que respeitam a reposições de rendimentos já efectuadas. Mas há compromissos ainda por cumprir relativos aos trabalhadores do Estado e que constam de forma idêntica nos três entendimentos.

Essas questões são, em suma, as seguintes: o “combate decidido à precariedade”, o “fim do regime de requalificação/mobilidade especial”, o “cumprimento do direito à negociação colectiva na Administração Pública”. Neste momento, está já no Parlamento uma proposta de lei sobre requalificação.

Em nenhum ponto dos acordos existe qualquer referência a descongelamento de carreiras e apenas aparece a expressão “descongelamento” em relação aos salários da função pública, o que está já cumprido.

Os pontos dos acordos entre PS, BE, PCP e PEV que permanecem por realizar, no que se refere a trabalhadores do Estado, são assim uma parte apenas do que pode estar em causa numa reestruturação de carreiras da função pública em preparação pelo Governo. **São José Almeida**



PCP não coloca limites para esta reforma



FUNÇÃO PÚBLICA

PERGUNTA E RESPOSTA

Como funcionam as progressões nas carreiras da Administração Pública? E funcionam mesmo? Um guia para saber tudo

As progressões na carreira estão proibidas?

Há vários anos que os trabalhadores do Estado estão impedidos de progredir na carreira, mesmo que cumpram os requisitos previstos na lei. As progressões foram congeladas ainda em 2010 num dos pacotes de austeridade anunciados pelo governo de José Sócrates e, no Orçamento do Estado (OE) para 2011, a medida foi reforçada com a proibição de valorizações remuneratórias logo a partir de Janeiro desse ano. Essa proibição tem sido renovada todos os anos e o compromisso do Governo, assumido no OE para 2017, é repor as progressões a partir de 2018.

Essas alterações são automáticas?

A Lei dos Vínculos, Carreiras e Remunerações, publicada em 2008, prevê dois tipos de progressões — as obrigatórias e as gestionárias — e ambas dependem das notas obtidas pelos funcionários públicos na avaliação do seu desempenho. Essas notas, por seu lado, estão sujeitas a quotas.

Como funcionam as progressões obrigatórias?

A progressão obrigatória ocorre quando o trabalhador acumulou dez pontos na sua avaliação de desempenho. Esses pontos são contados da seguinte forma: seis pontos por cada nota máxima, quatro pontos por cada nota imediatamente inferior à máxima, dois pontos pela nota inferior à anterior e dois pontos negativos por cada nota correspondente ao nível mais baixo da avaliação. Embora as progressões estejam proibidas, os trabalhadores continuam a acumular pontos na avaliação e quando as progressões forem descongeladas poderão ver a sua posição remuneratória



ADRIANO MIRANDA

alterada, caso já tenham os dez pontos necessários.

E as gestionárias?

Estas progressões abrangem os trabalhadores que no ano anterior tiveram nota máxima na avaliação de desempenho, que tiveram duas avaliações seguidas com notas imediatamente inferiores à máxima ou três anos seguidos com notas de desempenho inferiores às anteriores, desde que tenham sido positivas. Apesar de estarem ligadas à avaliação, essas progressões só podem ocorrer se o dirigente reservar parte do orçamento do serviço para esse fim. Se a verba se esgotar, os trabalhadores,

mesmo que reúnam as condições, não podem progredir.

Por que é que os governos têm adiado o descongelamento das progressões?

Embora as carreiras estejam congeladas, a avaliação de desempenho continua a produzir efeitos e os trabalhadores foram acumulando pontos que dão acesso a novas posições remuneratórias. Uma parte significativa dos funcionários públicos já tem os dez pontos necessários para beneficiar das progressões obrigatórias, o que se traduzirá num aumento repentino das despesas com pessoal.

Em Novembro do ano

passado, no final de uma reunião com a secretária de Estado da Administração Pública, os sindicatos alertaram que o Governo estaria a preparar-se para alterar o sistema de avaliação de desempenho dos funcionários públicos (SIADAP), receando que houvesse também uma reformulação das regras de progressão na carreira, impedindo que o descongelamento abranja a generalidade dos funcionários. **Os prémios de desempenho também estão congelados?** Genericamente, sim. Mas desde 2015, as leis do Orçamento do Estado prevêem que possam ser atribuídos, com carácter excepcional, prémios

de desempenho com o limite máximo de 2% dos trabalhadores do serviço, tendo como referência a última avaliação de desempenho efectuada — e desde que não haja aumento global da despesa com pessoal na entidade em que aquela atribuição tenha sido decidida.

Quando foi a última vez que houve uma revisão das carreiras na função pública?

Em 2008, com a Lei dos Vínculos, Carreiras e Remunerações, o Governo socialista de José Sócrates determinou a integração de várias carreiras e categorias dispersas em apenas três carreiras gerais: técnico superior, assistente técnico e assistente operacional. Todas as carreiras que não foram integradas deveriam ser revistas, algo que só aconteceu parcialmente, mantendo-se várias carreiras “subsistentes”. As carreiras especiais também deviam ter sido alvo de uma revisão, o que não aconteceu.

Têm sido criadas novas carreiras?

Sim. O Governo PDS/CDS criou duas carreiras especiais. Em Janeiro de 2015, anunciou que seria criada uma carreira especial para integrar os técnicos superiores da Direcção-Geral do Orçamento (DGO), da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) e do Gabinete de Planeamento (GPEARI). A medida era justificada com a dificuldade em recrutar técnicos para aqueles organismos e com a exigência das funções, não compatível com uma carreira do regime geral. Em Junho, foi a vez da carreira especial para onde transitaram os técnicos superiores do Instituto Nacional de Estatística (INE) e implicava uma valorização salarial mínima de 52 euros.



Edição Lisboa • Ano XXVIII • n.º 9818 • 1,20€ • Segunda-feira, 6 de Março de 2017 • Director: David Dinis Adjuntos: Diogo Queiroz de Andrade, Tiago Luz Pedro, Vítor Costa Directora de Arte: Sónia Matos



François Fillon Resiste, mantém-se, veremos

Mundo, 18



Documentário Terror Studio: quem é a Leni Riefenstahl do Daesh?

Cultura, 26/27

Anfíbios Vírus está a matar espécies da serra da Estrela

Ciências, 22/23

André Freire “O PS fez grandes concessões à esquerda radical”

Política, 6/7

Governo vai limitar promoções na função pública

Descongelamento das carreiras em 2018 afasta promoções automáticas a quem acumulou boas avaliações. Objectivo é travar aumento da despesa **Destaque, 2 a 4**

Estudo diz que as universidades legitimam as praxes

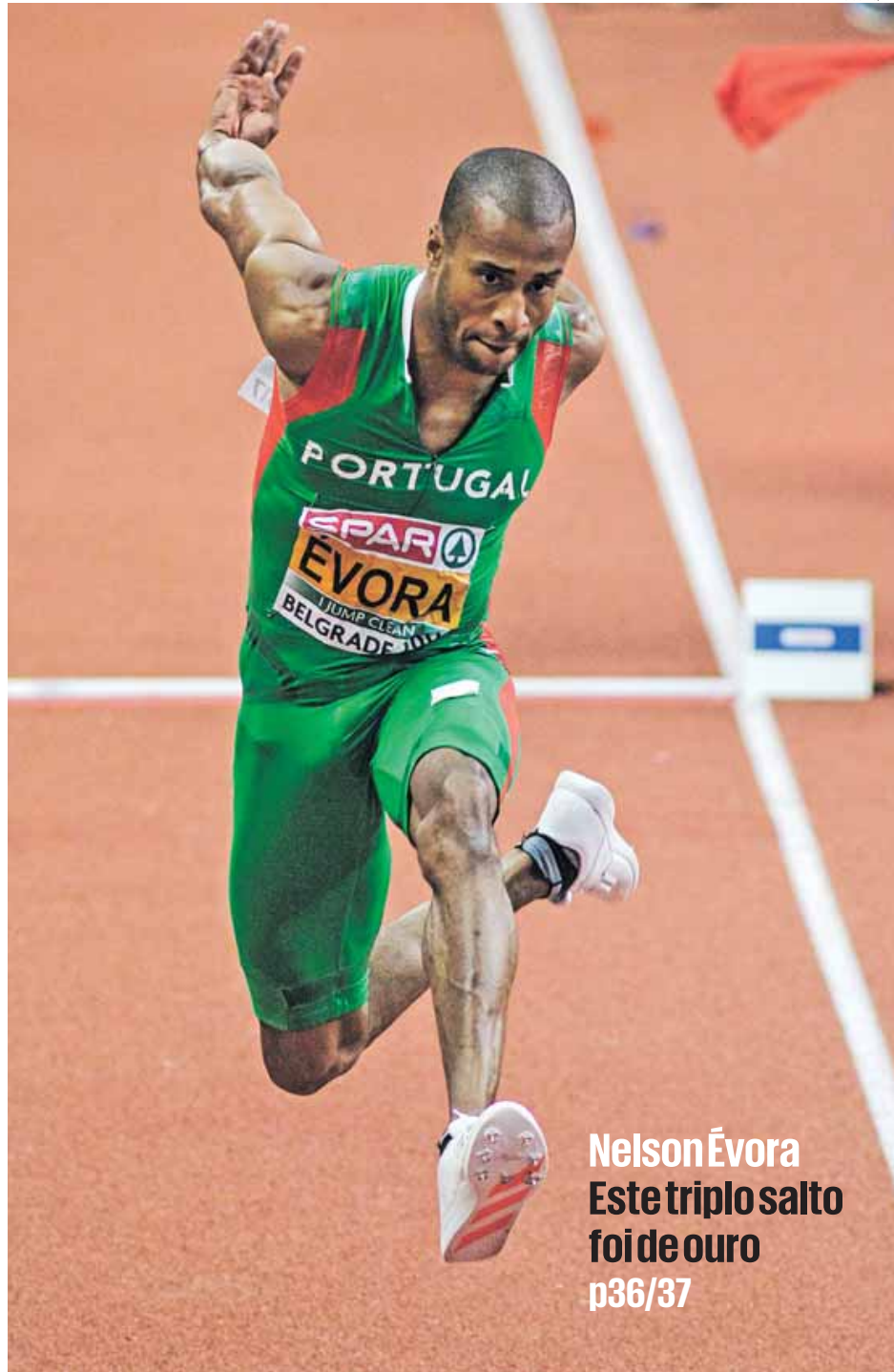
A maioria das universidades permite que as praxes se realizem nas suas instalações. Estudo sobre estas práticas é apresentado hoje **Sociedade, p10/11**

Procurador suspeito de corrupção teve ‘positiva’ no BCP

Banco considerou que o desempenho de funções de Orlando Figueira não mereceu “reparo” **p16/17**

Erdogan acusa Alemanha de se comportar como os nazis

Presidente turco critica cancelamento de comícios para obter apoios dos imigrantes em referendo **p19**



Nelson Évora Este triplo salto foi de ouro p36/37

ANDREJ CUKIC/EPA